

De Machado a Erico, o jornal e a revista na criação literária

From Machado to Erico, the newspaper and the magazine in creative writing

Márcio Miranda Alves

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul / Brasil

mmalves2@ucs.br

Resumo: A contribuição dos jornais para a literatura brasileira, como fonte de pesquisa no processo de criação literária, consiste em um campo de estudos ainda pouco explorado. Nesse sentido, este artigo propõe introduzir o tema a partir de análises das obras *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*, de Machado de Assis, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo. O objetivo dessa reflexão é demonstrar a importância da imprensa como referência para as representações históricas na literatura, seja para a definição de marcos temporais ou para associar o enredo ao contexto jornalístico, bem como abrir novas possibilidades de pesquisas em fontes primárias.

Palavras-chave: literatura brasileira; fontes primárias; jornalismo; Machado de Assis; Erico Verissimo.

Abstract: The contribution of newspapers to Brazilian literature as a source of research throughout the process of creative writing consists in a field of study still unexplored. Along these lines, this paper intends to introduce the subject by means of analysing the works *Esau e Jacó* and *Memorial de Aires*, by Machado de Assis, *Os sertões*, by Euclides da Cunha, and *O tempo e o vento*, by Erico Verissimo. This reflection aims at demonstrating the importance of the press as a reference for historical

representations in literature, be it for defining time frames, be it for linking the plot with the journalistic context. It also aims at pointing out new possibilities of research concerning primary sources.

Keywords: Brazilian literature; primary sources; journalism; Machado de Assis; Erico Verissimo.

Recebido em 19 de dezembro de 2015.

Aprovado em 23 de maio de 2016.

As aproximações entre literatura e jornalismo não são nenhuma novidade no âmbito dos estudos de comunicação e de letras. De regra, esses estudos apontam a relação entre o fazer jornalístico e a produção literária, ficcional ou não, como a crônica, o romance de folhetim, o romance-reportagem, a poesia e a narrativa curta. Pesquisas dessa ordem não raro destacam a biografia de escritores que em algum momento da vida precisaram da imprensa para sobreviver e, com seu prestígio, ajudaram a ampliar as tiragens e a qualificar os títulos de jornais e revistas, principalmente nos grandes centros urbanos. Em síntese, a maioria dessas reflexões parte sempre da contribuição da literatura e dos literatos para o jornalismo, procurando destacar as formas como a imprensa se aproveitou do interesse do público por temas literários.

O que ainda pouco se falou foi sobre essa troca em um sentido contrário, isto é, a importância do jornalismo para a literatura de ficção brasileira, mais especificamente como fonte primária para o processo de criação literária. Nesse caso, não convém ignorar as relações pessoais e profissionais entre escritores e imprensa, que vêm desde o século XIX. Se por um lado o romance fornece à imprensa um meio eficaz de prender os leitores com histórias do tipo “continua amanhã”, por outro a prática jornalística e o conteúdo noticioso também acabam alimentando o elemento ficcional. Nesse sentido, procuro lançar algumas bases para um estudo mais profundo sobre a imprensa como fonte de pesquisa para a escrita ficcional brasileira, de Machado de Assis a Erico Verissimo. Essa delimitação não se refere a um período histórico, que abarcaria aproximadamente um século, mas, mais do que isso, a um modelo de narrativa que recorre à imprensa como fonte de pesquisa ou, ainda, que

encontra nos meandros das redações e nas relações entre leitor e texto noticioso excelentes motivos de representação.

João do Rio realizou uma pesquisa em 1905, reunida mais tarde em livro (RIO, 1994), na qual busca saber a opinião dos escritores brasileiros a respeito das relações entre literatura e jornalismo. Uma das perguntas repetidas a todos os entrevistados foi a seguinte: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?” Embora cada um tenha interpretado a questão à sua maneira, já que o entrevistador não define com precisão o sentido de jornalismo, as opiniões são divididas. Félix Pacheco, Silva Ramos, Frota Pessoa, Sousa Bandeira e Afrânio Peixoto fazem muitas restrições, mas ao final aprovam a literatura feita em jornal, a qual mesmo sendo produzida de maneira apressada lucra, por outro lado, com a difusão. Silvio Romero, Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque são favoráveis sem nenhuma restrição. Já Luís Edmundo, Elísio de Carvalho, Pedro de Couto, Inglês de Sousa e Gustavo Santiago são inteiramente contrários por considerarem essa relação incompatível com a arte.

Medeiros e Albuquerque interpreta a situação nos seguintes termos:

É certo que a necessidade de ganhar a vida em misteres subalternos de imprensa (sobretudo o que se chama ‘a cozinha’ dos jornais; a fabricação rápida de notícias vulgares), misteres que tomam muito tempo, pode impedir que os homens de certo valor deixem obras de mérito. Mas isso lhes sucederia se adotassem qualquer outro emprego na administração, no comércio, na indústria... O mal não é do jornalismo: é do tempo que lhes toma um ofício qualquer, que não os deixa livres para a meditação e a produção (RIO, 1994, p. 76).

As respostas dos escritores entrevistados deixam perceber que, pelo menos naquele momento, não havia uma percepção clara da influência do jornal na “forma” literária nacional. A polêmica, se podemos encarar dessa forma, girava em torno da validade ou não de o artista submeter o seu trabalho a uma rotina de produção que visava ao lucro. Como nessa época, pelo menos para os literatos, o lucro tinha mais a ver com uma questão de sobrevivência do que com acúmulo de bens, nada mais natural que Olavo Bilac, Medeiros e Albuquerque,

Coelho Neto, Euclides da Cunha e o próprio João do Rio, entre muitos outros, fizessem da imprensa um meio de vida, sem que essa condição implicasse questionamentos morais ou de valor estético.

Já no início dos anos de 1860, Machado de Assis passava pelas redações de revistas literárias e de outros gêneros, nas quais publicava poemas, crônicas teatrais, traduções e um ou outro conto. Em 1861, Machado integra a equipe de redação do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, primeiro como redator do noticiário e repórter do senado e alguns meses mais tarde como cronista de assuntos do cotidiano, quando começa a exercitar a sua habilidade de prosador. Seria difícil mensurar o quanto a observação praticada na atividade jornalística durante a juventude colaborou para a formação do escritor maduro. No entanto, não resta dúvida de que o romance do século XIX tem reflexos da publicação seriada em folhetins, tanto no ritmo quanto na sequência lógica da narrativa, como aponta Tinhorão (1994, p. 30).

Analisando por esse prisma, a influência do romance-folhetim na forma da novelística brasileira adquire uma importância inegável, mesmo que ela se limite à técnica do corte nos capítulos. Isso porque, no processo editorial de publicação “capítulo a capítulo”, a criação literária sofre interferências por conta da necessidade de se manter viva a atenção dos leitores. Não por acaso existem situações, como em Machado de Assis, em que as edições em livro trazem muitas diferenças em relação à versão do folhetim. Sobre esse aspecto, Gledson (1986) mostra a complexidade narrativa de *Quincas Borba* e os motivos pelos quais o romance não funcionou quando publicado em folhetim na revista *A Estação*, do Rio de Janeiro. Segundo Gledson (1986, p. 66), o romance “é estruturado de maneira muito mais complexa, e seus significados funcionam no curso de trechos muito mais longos”. Além disso, a publicação na revista sofre uma interrupção entre julho e novembro de 1889, período em que Machado decide promover mudanças interligadas “tanto na forma quanto no conteúdo do romance” (GLEDSON, 1986, p. 75). Esses impasses de Machado levam a uma versão em livro em muitos pontos diferente daquela publicada em folhetim. Por isso, se levarmos em consideração que muitos escritores não tiveram a mesma preocupação de Machado de Assis de promover modificações na narrativa para a edição em livro, temos uma medida do reflexo do “modelo jornal” na fatura do romance brasileiro do século XIX.

Menos visíveis do que essas questões estruturais, que passam por elementos técnicos, são as notícias que ajudam os romancistas na composição do quadro histórico de um momento específico. Isso porque o escritor, em seus atributos de ficcionista, tem a liberdade de fazer referência ou não ao jornal ou aos jornais de onde tirou certa informação. Se a tarefa de identificar fontes primárias em textos ficcionais parece fácil em Erico Verissimo, como veremos mais adiante, no caso de Machado de Assis isso tem uma configuração mais complexa. Muito embora a obra ficcional de Machado esteja carregada de historicidade,¹ a partir da qual se pode “estudar” um período de profundas transformações na sociedade brasileira, o escritor mostra-se escorregadio no que toca a fontes documentais. As referências a elementos tirados da realidade, quando ocorrem, restringem-se a nomes de escritores e pensadores, obras literárias e datas significativas, indicadores sobre os quais John Gledson (1986) já se dedicou com muita propriedade. Também podemos localizar títulos de almanaques e revistas, estes com menor frequência. De qualquer forma, Machado de Assis acompanhava a publicação periódica com interesse e foi, de fato, um homem de imprensa, tanto que publicou contos e crônicas em jornais e revistas durante praticamente toda a sua vida. Não estranharia, portanto, se o conteúdo jornalístico diário servisse de orientação ao escritor para o tratamento de certos temas. Afinal, não havia naquele momento um retrato mais fiel dos dramas e das tensões sociais do que aquele produzido nas redações.

Para fins de análise pontual, parto do romance *Esau e Jacó*, publicado em 1904. A história de rivalidades inconciliáveis entre os irmãos Pedro e Paulo revela, em um plano mais aberto, as contrafações de dois modelos de governo, o imperial e o republicano. Os últimos anos do poder imperial e o nascimento da República são narrados a partir da percepção dos dois irmãos, inimigos nos temas políticos e sentimentais.

É lógico pensar que Machado de Assis acompanhava pela imprensa da época a agitação política que tomava conta do país. No entanto, são poucas as indicações que permitem localizar na narrativa transposições diretas de textos de jornais. No capítulo 106, “Ambos quais?”, ocorre o seguinte diálogo entre os irmãos e o conselheiro Aires.

¹ Historicidade entendida aqui como aquela que “dá conta, por um lado, da visão do mundo que o texto contém, e, por outro lado, assegura sua vigência na experiência de diferentes leitores em diferentes momentos” (CHAVES, 2004, p. 17).

– Que é?

– Não sei; uns falam de manifestações ao Marechal Deodoro, outros de conspiração contra o Marechal Floriano. Há alguma coisa.

Natividade pediu aos filhos que se não metessem em barulhos; ambos prometeram e cumpriram. Ao ver o aspecto de algumas ruas, grupos, patrulhas, armas, duas metralhadoras, Itamarati iluminado, tiveram a curiosidade de saber o que houve e havia; vaga sugestão, que não durou dois minutos. Correram a meter-se em casa, e a dormir mal a noite. Na manhã seguinte os criados levaram os jornais com as notícias da véspera.

– Veio algum recado de Andaraí? Perguntou um.

– Não, senhor.

Ainda quiseram ler, por alto, alguma cousa. Não puderam; estavam ansiosos de sair de casa e saber notícias da noite. Posto levassem os jornais consigo, não leram claramente nem seguidamente. Viram nomes de pessoas presas, um decreto, movimento de gente e de tropas, tão confuso tudo, que deram por si na casa de D. Rita, antes de entender o que houvera. Flora ainda vivia (ASSIS, 1997, v. 1, p. 1079).

Os eventos a que se refere o narrador de *Esau e Jacó* têm a ver com a Revolta da Armada e o estado de sítio decretado por Floriano Peixoto em 1892. Na condição de vice-presidente, Peixoto havia assumido a presidência da República transitoriamente, após a renúncia de Deodoro da Fonseca, e deveria convocar eleições diretas, conforme dispositivo constitucional. Com a recusa de Floriano, oficiais do Exército e da Marinha questionam a legitimidade de sua permanência no poder e exigem a realização de eleições. Outros opositoristas, entre eles senadores, jornalistas e altos oficiais militares, também manifestam-se contra Floriano. No dia 10 de abril daquele ano, Floriano Peixoto declara estado de sítio e suspende as garantias constitucionais por 72 horas, com a justificativa de que houve crime de sedição e de que as forças armadas revoltaram-se contra as instituições nacionais. Coincidindo a morte de Flora com a inusitada situação política, o narrador encontra um motivo para irônicas comparações no capítulo 107, “Estado de sítio”. Para ele não há novidade nos enterros, mas aquele teve a circunstância de percorrer as ruas em estado de sítio.

[...] Bem pensado, a morte não é outra coisa mais que uma cessação da liberdade de viver, cessação perpétua, ao passo que o decreto daquele dia valeu só por 72 horas. Ao cabo de 72 horas, todas as liberdades seriam restauradas, menos a de reviver. Quem morreu, morreu. Era o caso de Flora; mas que crime teria cometido aquela moça, além do de viver, e porventura o de amar, não se sabe a quem, mas amar? Perdoai estas perguntas obscuras, que se não ajustam, antes se contrariam. A razão é que não recordo este óbito sem pena, e ainda trago o enterro à vista... (ASSIS, 1997, v. 1, p. 1080).

Nesse trecho podemos conjecturar que o narrador machadiano aponta propositalmente para uma analogia que fica sujeita a diferentes interpretações. O “enterro” pode tanto ser o de Flora como o da liberdade, vitimada pelo estado de sítio. De qualquer forma, não seria forçar demais a nota perceber nesses extratos um clamor de tom jornalístico, como se o escritor tivesse acompanhado tudo sofregamente pelos jornais e transmitido essa experiência ao narrador. Salvo engano, esses episódios ainda não estavam registrados nos livros de história no ano de publicação de *Esau e Jacó*, tampouco Machado poderia ter estado em tantos lugares ao mesmo tempo para perceber “grupos, patrulhas, armas, duas metralhadoras, Itamarati iluminado”. Resta arriscar que os jornais serviram de alguma forma como fonte de pesquisa para Machado de Assis representar de maneira fiel os acontecimentos políticos da época.

Em *Memorial de Aires* as relações entre narrador e história são ainda mais distantes. Em seu diário, o Conselheiro Aires até faz algumas referências a fenômenos históricos de sua época, mas parece evitar uma demarcação temporal pautada pelos acontecimentos. O interesse do conselheiro está todo voltado para a família Aguiar. Mesmo assim, em certo momento ele anota:

24 de maio, ao meio-dia

[...] Fui às minhas abluções, ao meu café, aos meus jornais. Alguns destes celebram o aniversário da batalha de Tuiuti. Isto me lembra que, em plena diplomacia, quando lá chegou a notícia daquela vitória nossa, tive de dar esclarecimentos a alguns jornalistas estrangeiros sequiosos de verdade (ASSIS, 1997, v. 1, p. 1122).

Essa batalha ocorreu em 24 de maio de 1866, em solo paraguaio, durante a Guerra do Paraguai. Foi a maior e mais decisiva, na medida em que definiu a derrota das forças de Francisco Solano López. Em 1888, ano do diário do conselheiro, lembravam-se, portanto, os 22 anos do confronto. Basta um olhar na capa dos jornais cariocas daquele dia para confirmar a informação referenciada pelo conselheiro. O jornal *O Paiz* apresenta em letras tímidas o título “Batalha de Tuyuty”, de matéria na qual se destaca: “no dia de hoje todo o coração patriota pulsa mais acalorado ao lembrar-se de um dos feitos mais gloriosos que a nossa história registra” (BATALHA..., 1888b, p. 1). A *Gazeta da Tarde*, por sua vez, atribui ao assunto maior importância, com o título chamativo de “Batalha de 24 de maio”. No centro da página, um anúncio intitulado “Ao Exército”, com um crucifixo logo acima do título e os seguintes dizeres em latim: “Sunt visi decedere... non periere... quiescunt Hocce die Patriae qui nomen ad astra tulerunt” (BATALHA..., 1888a, p. 1).

Às notícias referidas pelo conselheiro, segue um comentário seu:

[...] Vinte anos mais, não estarei aqui para repetir esta lembrança; outros vinte, e não haverá sobrevivente dos jornalistas nem dos diplomatas, ou raro, muito raro; ainda vinte, e ninguém. E a Terra continuará a girar em volta do Sol com a mesma fidelidade às leis que os regem, e a batalha de Tuiuti, como a das Termópilas, como a de Iena bradará do fundo do abismo aquela palavra de prece de Renan: “Ó abismo! Tu és o deus único!” (ASSIS, 1997, v. 1, p. 1122).

O interesse de Aires pelas notícias dos jornais revela, nesse caso, ter mais a ver com uma postura de ceticismo frente aos grandes eventos históricos do que de fato uma interação com os problemas de seu tempo. Também reforça certa dose de desânimo e melancolia com a vida, aspectos já lembrados em abordagens anteriores (FRITOLI, 2007). Para Aires, é uma questão de tempo para as comemorações em torno da Batalha de Tuiuti caírem no esquecimento, virem a ser suplantadas por outros acontecimentos, que por sua vez também serão esquecidos. Dessa forma, as folhas noticiosas assumem o papel de reafirmar o que ainda não foi esquecido e para lembrar, pela ausência, o que não tem mais importância.

Em outras situações registradas no diário, o jornal serve a Aires como um ponto de apoio à verossimilhança de seu relato. As informações parecem ser fruto da imaginação do narrador, que coloca tudo na conta da imprensa. Para o leitor, fica a sensação de que tudo de fato aconteceu conforme anotado na agenda. Em outras palavras, se o jornal publicou o fato, logo deve ser verdade. O trecho a seguir ilustra essa situação:

21 de maio

Ontem escrevi à mana Rita anunciando-lhe a morte do homem, e hoje de manhã abrindo os jornais, dei com a notícia de haver falecido ontem o leiloeiro Fernandes. Chamava-se Fernandes. Sucumbiu a não sei que moléstia grega ou latina. Parece que era bom chefe de família, honrado e laborioso, e excelente cidadão; a *Vida Nova* chama-lhe grande, mas talvez ele votasse com os liberais (ASSIS, 1997, v. 1, p. 1120).

Aqui fica evidente o tom irônico do conselheiro em relação às práticas demasiado elogiosas dos jornais e revistas. Se a *Vida Nova* de fato existiu, não se pode identificar. Acredito que seja um nome fictício, bem como o do leiloeiro Fernandes. Aires coloca em dúvida as qualidades do morto porque a *Vida Nova*, sendo uma revista (ou jornal) liberal, naturalmente faria o elogio de seu companheiro. Se essa prática não deixa de ser corriqueira na imprensa dos dias atuais, imagine-se em princípios do século XX, quando a imprensa política assumia uma função importante na promoção das ideologias em voga. De qualquer forma, o fato é que Machado, além de fazer do jornalismo uma fonte primária, também recorre a ele como um motivo de representação.

Seguindo as pistas dessa relação entre jornal e ficção de forma cronológica, chegamos a Euclides da Cunha, enviado especial a Canudos a serviço do jornal *O Estado de S. Paulo* e adido ao estado-maior do ministro da guerra. Para escrever *Os sertões*, Euclides da Cunha utiliza observações e apontamentos feitos *in loco* e uma série de fontes, que passa por livros, relatos, documentos oficiais, cartas, telegramas, relatórios, depoimentos e monografias, entre outros (ANTUNES, 2005, p. 180). Além desses documentos, Euclides também se baseia no noticiário da imprensa, no qual encontra informações essenciais sobre a vida de Antônio Conselheiro e a própria guerra. Ele mesmo confirma no “Diário de uma expedição” (CUNHA, 1996, v. 2, p. 521) ter consultado “um

documento relativamente moderno mas altamente expressivo dos últimos acontecimentos”, o qual se trata de “um jornal modestíssimo e mal impresso, a *Pátria*, de São Félix de Paraguaçu – nº 38, de 20 de maio de 1894.” A Euclides interessa um artigo intitulado “Ainda o Conselheiro”, cujo conteúdo refere-se a uma carta recebida de um negociante de Monte Santo e do qual transcreve trechos que julga serem os principais.

Em *Os sertões*, no capítulo “O homem”, Euclides destaca uma notícia sobre Antônio Conselheiro, publicada na *Folhinha de Laemmert*, de 1877, e deixa a fonte explícita em uma nota de rodapé (CUNHA, 1979, p. 124). A *Folhinha de Laemmert* era uma impressão anual de grande tiragem, editada pela Tipografia Universal, empreendimento dos alemães Eduardo e Henrique Laemmert – diretores também do *Almanaque Laemmert*. A *Folhinha* começou a circular em 1839, segundo ano das atividades da tipografia.²

A informação da *Folhinha* traz o seguinte:

Apareceu no sertão do norte um indivíduo, que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos, com que impõe à ignorância e à simplicidade. Deixou crescer a barba e cabelo, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuemente, sendo quase uma múmia. [...] Revela ser homem inteligente, mas sem cultura (CUNHA, 1979, p. 124).

Já em “A luta”, mais precisamente em relação à Quarta Expedição, aparecem citações referenciadas dos jornais *Gazeta de Notícias*, *O País*, *O Estado de S. Paulo*, do *Jornal do Brasil* e do *La Nación*, de Buenos Aires, todas em notas de rodapé (CUNHA, 1979, p. 260-261; 346). Dos jornais brasileiros, sem indicar a data da edição, Euclides retira trechos que exemplificam o discurso unilateral que encarava a revolta de

² De acordo com Donegá (2012, p. 19), as *Folhinhas Laemmert* eram, no início, quatro – Folhinha com as novas máximas do Exmo. Marquês de Maricá, Folhinha joco-séria em verso e prosa, Folhinha com um ramallete de novelas e romances e Folhinha judiciária com o código do processo criminal –, mas atingiram a marca de vinte tipos diferentes em menos de dez anos. Em 1869 haveria cerca de 65 tipos de *Folhinha Laemmert*. Por conta da variedade, a tarefa de localizar a edição que publicou o referido texto acerca de Antônio Conselheiro tornou-se infrutífera.

Canudos como um movimento monarquista ameaçador da segurança da República. Nas palavras de Euclides, doutrinava-se sob essa perspectiva em “qualquer jornal daqueles dias”, e a opinião nacional “esbatia-se de tal modo na imprensa. Na imprensa e nas ruas” (CUNHA, 1979, p. 260). Cita Euclides que *O Estado de S. Paulo*, o mesmo para o qual ele vai “cobrir” os embates em Canudos, afirma em suas páginas: “Trata-se da Restauração; conspira-se; forma-se o exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parelhas com o mal. A monarquia arma-se? Que o presidente chame às armas os republicanos” (CUNHA, 1979, p. 260). Ainda, nas “Notas do autor”, Euclides da Cunha faz referência a consultas na *Revista do Centro de Letras e Artes*, de Campinas, e no jornal carioca *Correio da Manhã*.

Assim, o conteúdo jornalístico, ainda que nem sempre esteja referenciado como fonte explícita, foi essencial para a fatura final de *Os sertões*, na medida em que – mesmo estando presente no local dos acontecimentos – Euclides precisou cercar-se de outras fontes para apresentar um quadro o mais completo possível tanto do conflito armado quanto da repercussão em meio à sociedade civil. Como referência implícita, os jornais contribuíram de certa forma para direcionar o entendimento de Euclides sobre o embate, visto que o escritor pôde comparar as versões propagadas à época e chegar às suas próprias conclusões a partir da experiência pessoal.

Por conta disso, Euclides relaciona-se com a imprensa mais como um historiador do que como um romancista. Diferentemente de Machado, ou de Erico Verissimo, como veremos, Euclides utiliza a matéria de jornal na concepção da narrativa e dá crédito à fonte. Nesse caso, ele deixa clara a sua intenção de reproduzir determinado relato da imprensa, sem que exista a necessidade de o leitor conferir na fonte primária a veracidade da informação.

Por uma via diferente, outros escritores do início do século passado também fizeram da imprensa uma fonte de criação, mesmo que isso não tenha ocorrido como uma prática de “pesquisa”. Em um momento em que o jornal passa a adquirir um caráter comercial, cada vez mais identificado com as práticas capitalistas em sua relação com leitores, colaboradores e anunciantes, nada mais natural que os escritores explorarem essa realidade, com mais ou menos profundidade, no contexto de representação da sociedade brasileira.

Coelho Neto, por exemplo, foi um assíduo colaborador de jornal e não deixa de explorar esse universo em algumas de suas obras. Em *A conquista* (1899), literatos que atuam na imprensa transitam pela boemia dos jornais e dos cafês e buscam prestígio criando uma revista própria. Lima Barreto aprofunda-se ainda mais no universo jornalístico em *Recordações do escrívão Isaiás Caminha*, publicado inicialmente em Portugal, em 1909. O romance satiriza de forma áspera a imprensa da época, formada por homens mesquinhos e corruptos, facilmente identificados nas figuras de jornalistas e críticos do jornal *Correio da Manhã*. Jorge Amado, em *O país do carnaval*, de 1931, questiona a militância política de intelectuais infelizes e fracassados que cultuam a imagem de Pedro Ticiano, um jornalista decadente com uma visão de mundo peculiar. Juntos, eles fundam o *Estado da Bahia*, um jornal de “combate” dividido entre os interesses políticos e a isenção crítica. Por fim, em *Angústia*, romance de Graciliano Ramos publicado em 1936, a empregada do protagonista Luís da Silva, Vitória, acompanha todos os dias pela imprensa os informes de chegadas e partidas dos navios.

Evidentemente a lista de romances que abordam o jornalismo como alegoria, sátira ou instrumento auxiliar na representação de um determinado período da história não se esgota nesses poucos exemplos, que servem nesse momento apenas para indicar uma transição em direção ao método de Erico Verissimo em sua composição literária.

Ao contrário do que acontecia com os escritores das gerações anteriores, envolvidos basicamente em atividades literárias, Erico Verissimo participa do jornalismo num momento em que as crônicas, contos e romances cedem lugar ao noticiário, às reportagens e colunas sociais.³ Se por um lado alguns escritores conseguem adaptar-se a essa realidade, como o próprio João do Rio, que faz da reportagem um gênero literário inovador para a época, outros perdem o espaço de outrora. Sobre esse período de transformações na até então bem resolvida relação entre literatura e jornalismo, Broca (2004, p. 288) lembra que “já que o escritor brasileiro não podia dispensar um *second métier*, era melhor alinhar notícias, forjar reportagens, como fizeram tantos, a reproduzir

³ Não por acaso a Editora Globo, que publicava a *Revista do Globo* e onde Erico trabalhava, lança em 1936 a revista *A Novela*, dedicada exclusivamente à publicação de literatura de ficção. A publicação dirigida por Erico Verissimo tem vida curta e as edições são interrompidas dois anos mais tarde.

aquilo que Silva Ramos chama com finura: o quadro lendário do poeta morrendo de fome”.

O trabalho na *Revista do Globo* foi uma ótima oportunidade de rendimento para Erico Verissimo, que havia trocado a pequena Cruz Alta pela capital Porto Alegre. Na revista ele exerceu diversas funções, todas relacionadas à produção de conteúdo noticioso e, também, literário. Não raro precisava improvisar versos para preencher o espaço que faltava em uma página da revista. Nas madrugadas e finais de semana, traduzia livros para o português e trabalhava em seus próprios romances. Dessa forma, não seria exagero afirmar que o escritor de ficção Erico Verissimo foi forjado na lida jornalística, mesmo sem ser um jornalista profissional como se conhece hoje. Também não seria apenas especulação estabelecer uma conexão entre a experiência de vida pessoal e profissional de Erico, enquanto leitor e fazedor de jornal, e sua adesão ao jornalismo como fonte de pesquisa para a criação literária.

Em seu projeto literário, que passa pela desmitificação da história para narrar na ficção a formação do Rio Grande do Sul, Erico opta de maneira consciente por um caminho diferente daquele dos historiadores, que raramente se valiam de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil. A tradição dominante até as primeiras décadas do século passado era de buscar a verdade dos fatos em documentos neutros, fidedignos e de credibilidade inquestionável. Os jornais, nesse contexto, eram considerados pouco confiáveis porque seus registros fragmentados não estavam separados de interesses, julgamentos subjetivos e compromissos escusos.

O historiador Pierre Renouvin, conforme destaca Glénisson⁴ (1986 *apud* LUCA, 2008), alerta para os aspectos negligenciados pelos pesquisadores que recorriam à imprensa, os quais em geral não consideravam dados importantes como a tiragem, a área de circulação, as relações com partidos políticos e grupos econômicos. As palavras de Renouvin são endossadas por Glénisson (1986 *apud* LUCA, 2008, p. 116), quando destaca que “sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo”.

⁴ GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 5. ed. São Paulo: Bertrand, 1986.

De qualquer forma, o fato de Erico Verissimo ter recorrido aos jornais revela conhecimento do debate historiográfico promovido nas décadas de 1930 e 1940, particularmente pelo grupo da revista dos *Annales*. Como o escritor aponta em suas memórias, o ensino da história nos livros escolares era até então pautado por uma sucessão de heróis e batalhas entre tropas castelhanas e brasileiras, das quais os brasileiros (gaúchos) são sempre os vencedores (VERISSIMO, 1995, v. 1, p. 289). Na opinião dele, os clichês em torno das características físicas e temperamentais dos generais não perdem em brilho e criatividade para os espadachins da ficção europeia (VERISSIMO, 1995, v. 1).

O objetivo de Erico Verissimo de trabalhar pressupostos históricos no campo ficcional de forma a fugir dos modelos ditos tradicionais, promovendo uma interação entre a história e as ciências sociais através de uma pesquisa interdisciplinar, encontra na imprensa um mundo de possibilidades ainda inexploradas. Certamente o escritor conhecia o método que estava sendo superado e opta conscientemente por observar a “história da sociedade” nas páginas dos jornais e revistas, onde as informações sobre o comércio, as leis, a moral e os costumes – inclusive a política, as guerras e as revoluções – revestem-se de certa “naturalidade” raramente encontrada nos livros.

No Brasil, um dos pioneiros na exploração da matéria-prima oferecida pelos jornais como metodologia científica foi Gilberto Freyre, que estudou a partir dos anúncios o comportamento da população escrava e suas relações com a sociedade patriarcal no período imperial, bem como a influência da presença dos ingleses no Brasil. Em seguida outros pesquisadores também passaram a recorrer aos jornais para pesquisar aspectos sociais e culturais do Brasil, a exemplo de Emília Viotti da Costa, Nilo Pereira, Edgard Carone e Fernando Henrique Cardoso. No final dos anos 1960 muitos estudos acadêmicos já traziam consultas feitas em notícias de jornais para análises de aspectos sociais e políticos ou obtenção de dados de natureza econômica ou demográfica, “sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade” (LUCA, 2008, p. 117). Esse período coincide com o surgimento (tardio), no Brasil, da preocupação com a “comunicação” e a “cultura de massa”, que cresce rapidamente à medida que as empresas do setor ampliam sua influência sobre as populações (GOLDENSTEIN, 1987, p. 21).

Em boa parte da obra ficcional de Erico Verissimo, mas sobretudo na trilogia *O tempo e o vento*, pode-se observar que tanto

em relação ao individual quanto ao coletivo o autor procura mimetizar a vida a partir de experiências sociais que estão relacionadas à presença dos meios de comunicação impressos. Situações históricas, lugares e personagens estão geralmente ligados ao universo jornalístico, mesmo quando a fonte primária de consulta do escritor não foi necessariamente um jornal ou uma revista. Diferentemente de outros escritores, que ocasionalmente trataram a imprensa em suas relações periféricas, ou nela se apoiaram exclusivamente com finalidade de testemunho ou documentação, Erico Verissimo cria um universo diretamente atrelado às informações noticiosas sem, contudo, perder as rédeas dos aspectos fabulosos que um romance de ficção exige.

Infelizmente, Erico Verissimo não manteve um diário atualizado durante o período de escrita de *O tempo e o vento*. Salvo as agendas em que fazia algumas anotações e desenhava seus personagens, principalmente durante a produção de *O arquipélago*, pouco ou quase nada mais se sabe sobre suas impressões durante o processo de criação literária. No entanto, as diversas entrevistas que concedeu a jornalistas e as memórias publicadas em livro também nos fornecem algumas pistas para entender como o autor se preparou para escrever o romance. E o que se pode assegurar, de imediato, é que não confere a afirmação de que Verissimo fez “o mínimo de pesquisas” para escrever *O tempo e o vento*.⁵ O tempo histórico representado indica inúmeros eventos que, sem consultas prévias a fontes documentais, não poderiam ser abordados da forma como foram. Pautada por marcos referenciais imprescindíveis para a representação histórica, de acontecimentos extraordinários a secundários, a trilogia deixa rastros de documentos consultados que podem ser facilmente percebidos.

As agendas deixadas pelo escritor revelam aspectos importantes de sua metodologia de pesquisa, principalmente em relação à última parte da trilogia, cujo material foi exaustivamente analisado por Bordini (1995). Nessas agendas, o escritor estabelece roteiros de consultas e de eventos

⁵ “Sou fraco em matéria de pesquisas de qualquer natureza. Preguiça e falta de método. Um romancista é antes de tudo um intuitivo. Para *O tempo e o vento* fiz o mínimo de pesquisas. Não me arrependo disso. É muito perigoso para o romance quando o autor sabe coisas demais sobre uma região ou uma época histórica. Sua tendência é usar tudo o que sabe, isto é, atravancar as páginas do romance com móveis e utensílios, etc.” (VERISSIMO, 1999, p. 185).

históricos previstos para cada episódio. Por exemplo, para construir o cenário de *O retrato*, o autor relaciona documentação baseada em dados obtidos nos números de 1909 e 1910 da revista francesa *L'Illustration*, principalmente sobre o cometa Halley e a peça de teatro *Chantecler*, de Rostand.⁶

Embora nem todas as anotações tenham sido aproveitadas no processo de criação, a simples definição dos acontecimentos que deveriam ser citados na trama deixa claro que o quadro histórico planejado não poderia ser erguido sem essa base de dados de livros, revistas e jornais. Além de *L'Illustration*, o autor também aponta consultas a serem realizadas nas revistas *Problemas*, *Synthe'se* e *Paulista*, assim como no jornal *Correio do Sul*. Entretanto, tratando-se da imprensa, foi o *Correio do Povo* de Porto Alegre o jornal que mais forneceu material de consulta ao escritor, principalmente para a escrita de *O retrato*. Como ele mesmo confirma, para escrever a segunda parte da trilogia cercou-se de volumes antigos desse jornal, correspondentes aos anos de 1910 a 1915 (VERISSIMO, 1995, p. 303).

Essa apropriação de fontes primárias da imprensa para fins de datação do tempo decorrido e de inclusão de fatos históricos consiste em uma das bases da criação literária de *O tempo e o vento*. Nesse sentido, Erico Verissimo procede inicialmente como um historiador, investigando em exemplares de jornais e revistas os registros noticiosos que possam ajudá-lo a recompor o ambiente histórico de um período determinado. Em seguida, trabalha como um editor de redação, escolhendo os trechos mais interessantes para transpor à narrativa. Por fim, o escritor sente-se seguro para costurar a trama romanesca aos temas históricos, fazendo da imprensa e da história os instrumentos legitimadores da ficção.

Assim, o emprego de matéria-prima da imprensa torna-se um elemento fundamental para a estética ficcional de *O tempo e o vento*, considerando-se que o ponto de partida do projeto romanesco do escritor era justamente esquivar-se da história oficial e desmitificar o passado.

⁶ Nos números localizados dessa revista, a maioria dos meses de janeiro e fevereiro de 1910, constatei diversas reportagens e artigos que foram traduzidos por Erico e passaram a incorporar a narrativa na fala de Rodrigo Cambará. Com informações sobre a peça *Chantecler*, constam os números de 29 de janeiro e 5, 12, 19 e 26 de fevereiro; em relação ao cometa, localizei apontamentos de Camille Flammarion nos números de 22 de janeiro e 14 de maio.

Pesavento (2005, p. 2) encara esse recurso jornalístico como uma “nota de rodapé ou citação do texto histórico”, com o qual o autor “desafia o leitor a refazer o seu caminho de pesquisa nos arquivos para certificar-se e concordar com ele. Nesta medida, o texto tem um sabor de real, e as situações e personagens foros de veracidade”.

Acredito ser possível ampliar essa interpretação e seu significado no plano de criação literária. O “sabor de real” e a “veracidade” não nascem, ao que parece, de simples citações do texto histórico como notas de rodapé, muito bem empregadas por Euclides da Cunha, mas da incorporação destas ao fluxo narrativo e à essência psicológica dos personagens. Tudo resulta em um universo imaginário uniforme, em que o intencional mimético depende de confirmação documental. O efeito dessa técnica é uma busca constante de equilíbrio entre a exigência de veracidade e a licença poética. Em outras palavras, o escritor precisa ao mesmo tempo ser fiel ao tempo cronológico e aos modelos históricos sem abdicar do direito de manipular os elementos ficcionais.

Por conta disso, o jornal e a revista são tão importantes quanto outros objetos-símbolo presentes na trama, como a tesoura, a roca e o punhal. Elementos que sinalizam a continuidade da vida em meio ao desmantelamento progressivo do clã, esses objetos sobrevivem a cada nova geração e funcionam como um elo de aproximação entre presente e passado da ficção. As folhas impressas, porém, superam em significado os demais objetos herdados pelos integrantes da família Terra Cambará, porque além de retratarem os hábitos de leitura e a formação ideológica de um determinado grupo social, registram um instante da história no presente real de sua publicação, sendo posteriormente usadas para constituir o presente da narrativa.

Erico Verissimo recorre de duas maneiras distintas às publicações impressas para preencher o quadro histórico em *O tempo e o vento*. Uma delas refere-se à tipificação de jornalistas, sendo estes uma espécie de mediadores da ação narrativa. São exemplos Toríbio Rezende, Amintas Camacho e o próprio Rodrigo Cambará. A outra baseia-se na transcrição direta de notícias, editoriais e manchetes de jornais e revistas, uma prática restrita à disponibilidade dessas fontes para o escritor. Por isso, as referências à imprensa são mais abundantes a partir do episódio “Chantecler”, que transcorre em 1910, e continuam constantes em praticamente todos os outros até o fechamento da narrativa.

Por uma via indireta, o escritor também “usa” a imprensa para fortalecer a verossimilhança de acontecimentos pertinentes do século XIX. Sem dispor de jornais, revistas ou almanaques desse período para fins de consulta, o escritor recorre a outras fontes, como os livros de história, mas apresenta as informações como se fossem dos jornais. Nesses casos a imprensa auxilia o narrador em seu relato sobre determinados acontecimentos do presente da ficção, fortalecendo o peso do discurso.

Assim, mesmo sem citar nomes de jornais, o narrador indica como os eventos históricos teriam ocorrido segundo as publicações da imprensa, observando a evolução dos periódicos no Rio Grande do Sul e a sua participação nos acontecimentos. Registros desse tipo ocorrem nos episódios “Um certo Capitão Rodrigo” e “A Teiniaguá”, que transcorrem em 1832-1835 e 1853-1856, respectivamente. Em uma rápida passagem, o texto faz referência aos discursos propagados durante o movimento armado dos sul-rio-grandenses contra o Império. A mediação entre história e ficção cabe ao Padre Lara, único leitor naquele meio. À medida que recebe os jornais, o padre-leitor reproduz no romance os pontos mais relevantes do embate político. “Os jornais liberais acusavam o governo de despotismo, tirania e corrupção. Os jornais do governo chamavam os farroupilhas de traidores, de aliados dos castelhanos, de perturbadores da ordem e conspiradores...” (VERISSIMO, 1956a, p. 449). Em outro momento, os jornais trazem notícias sobre a epidemia de cólera e a estrada de ferro: “– Estive lendo nos jornais que vão inaugurar este ano a primeira estrada de ferro do Brasil”, comenta Dr. Winter (VERISSIMO, 1956b, p. 638). Apesar de não constar o nome do jornal nem a data da notícia, é interessante notar que mesmo no longínquo ano de 1855 as novidades da Corte chegavam ao universo rural de Santa Fé pelas páginas dos jornais. Nada indica que o escritor tenha tido acesso a jornais desse período, mas as informações históricas tiradas de outras fontes entram no contexto narrativo através do conteúdo de jornais.

Por sinal, a participação da imprensa na representação do contexto histórico do século XIX passa sempre pelo personagem Dr. Winter. Imigrante alemão que fixa residência em Santa Fé, Winter acompanha as notícias da província e do resto do mundo na leitura de jornais e nas cartas enviadas pelo conterrâneo Carl von Koseritz, este um intelectual que viveu no Rio Grande do Sul à época. O diálogo entre um personagem da ficção e uma personalidade da história, recurso que se repete em outros momentos da narrativa de *O tempo e o vento*, ocorre por meio dos escritos

na imprensa, na correspondência e nos livros publicados por Koseritz, cujas ideias, em sua maioria, passaram pelas páginas dos jornais.

No auge da crise do sistema monárquico e das discussões em torno da abolição dos escravos, entram em cena os jornais fictícios *O Arauto* e *O Democrata*, livremente inspirados em *A Federação* e *O Liberal*, jornais oficiais dos partidos Republicano e Liberal. Com a farta documentação existente a respeito da criação do Partido Republicano e da participação de Júlio de Castilhos nesta agremiação, Erico Verissimo acrescenta ao panorama do debate político as principais diretrizes ideológicas do partido, incluindo discursos publicados em editoriais de *A Federação*. O mediador do discurso nessa fase é o advogado e jornalista Toríbio Rezende, responsável pela edição de *O Arauto* e pela apresentação das ideias republicanas e abolicionistas junto a Licurgo Cambará.

Durante um diálogo, Licurgo abre um número de *A Federação* e anuncia que vai ler um artigo de Júlio de Castilhos:

“Abandonada aos impulsos naturalmente irregulares da paixão revolucionária que anima tanto o abolicionismo intransigente como a escravocracia emperrada, a questão do elemento servil assume uma gravidade excepcional”. Agora prestem bem atenção a este final. *“Se a luta violenta sobreviver, desabe todo o peso da responsabilidade sobre o governo medíocre que compromete a paz pública”* (VERISSIMO, 1956b, p. 908-909, grifos do autor).

O trecho lido por Licurgo Cambará foi de fato escrito por Júlio de Castilhos e publicado no jornal *A Federação*, no dia 6 de agosto de 1884. Nesse artigo, Castilhos (1884, p. 1) lembra que se passou mais de um ano desde o início da campanha pela libertação dos escravos na capital do Rio Grande e lamenta o arrefecimento dos esforços do movimento. O republicano comenta que os clubes não coordenaram os seus meios de ação e que a própria imprensa abolicionista deixou-se ficar a meio caminho da tarefa, interrompendo por vezes a propaganda. E conclui conclamando a todos para colaborarem na “grandiosa obra de dignificação da pátria”, principalmente em Porto Alegre, pois é preciso que a cidade “se faça sempre a digna capital da livre província” (CASTILHOS, 1884, p. 1).

Os argumentos de Júlio de Castilhos, apreendidos pelo escritor no processo de criação literária, coadunam-se com a configuração

política apresentada pelo narrador no episódio da ficção. Além dos trechos assinalados por Licurgo, os raciocínios expostos nos diálogos dos personagens republicanos também seguem a cartilha de Júlio de Castilhos, o que sinaliza o sentido da fonte documental na estrutura da narrativa – não apenas como datação ou caracterização de época, mas, mais do que isso, como fator que interfere no temperamento das personagens e nos destinos da trama.

Pode-se acompanhar, portanto, nesse cenário histórico apresentado em *O tempo e o vento*, não apenas o desenvolvimento da imprensa desde os seus primórdios até os anos de 1940, mas também o emprego do registro jornalístico de forma consciente e determinante para a composição narrativa. O resultado estético dessa opção do escritor conduz à configuração de uma determinada versão histórica que passa pelos meios de comunicação para se transformar na “verdade” da ficção no romance.

Considerando-se que durante o processo de criação literária o escritor seleciona determinado conteúdo jornalístico em detrimento de outros, em geral os mais significativos para efeitos de verossimilhança, pode-se concluir que Erico Verissimo também é envolvido pela “identificação” e “empatia” dos textos impressos, dois aspectos importantes da retórica do jornalismo, segundo aponta Lage (1997, p. 49). Nesse caso, os textos que mais impactam o escritor-leitor também se refletem na estética do romance, provocando reações que passam pelo narrador e pelos personagens, chegando até o leitor, que, por sua vez, reconhece os eventos representados e identifica a história a partir dos elementos simbólicos que são carregados juntamente com o noticiário.

Mais adiante, notadamente a partir da década de 1970, por conta do fortalecimento da imprensa como *mass media*, a relação de proximidade existente entre o romance brasileiro e o jornalismo adquire uma nova dimensão, agora abertamente identificada com uma preocupação mimética a partir do documento. Arrigucci Jr. (1979, p. 79) denomina essa tendência de “neonaturalismo” ou “neorrealismo”, ligada às formas de representação do jornal, mais especificamente em relação à técnica do romance-reportagem explorada por Paulo Francis, Antonio Callado e José Louzeiro.

Ribeiro (2006, p. 133-146) analisa mais a fundo algumas dessas obras escritas nos anos 1970, particularmente as de José Louzeiro e Fernando Gabeira, nas quais ficam impressas as marcas da reportagem

e do testemunho do vivido. Segundo o pesquisador, a temática dos romances desses autores está ligada a fatos, fenômenos e personagens reais, e o processo de construção ficcional contempla a exploração de materiais informativos que foram noticiados por diferentes mídias. Nas palavras de Ribeiro (2006, p. 136), “percebe-se que a notícia sobre o fato ou fenômeno real foi transposta para o texto jornalístico e daí para o texto ficcional”, o que revelaria uma estrutura de palimpsesto, “em que a obra criada revela vestígios de textos anteriores”.

A meu ver, esse “neorrealismo” surge pelo menos duas décadas antes, com a publicação das duas primeiras partes de *O tempo e o vento* e, em uma escala bem menor, nos romances de Machado de Assis. Não se trata aqui de alegoria, reflexo da censura ou simples imitação de técnicas jornalísticas. Tampouco de um “processo de amplificação em relação àquilo que apareceu como fato jornalístico nas mídias”, como observa Ribeiro (2006, p. 137) nas obras de Louzeiro e Gabeira, e que traduz um tom de denúncia dos problemas das instituições sociais. Trata-se da inclusão do factual no plano fabuloso com o objetivo de contribuir para o teor de verdade da ficção, porém sem um compromisso de fidelidade com o fato noticiado. De tal forma que a notícia também torna-se ficção, já que muitas vezes seu conteúdo acaba por ser alterado para a obtenção de outros efeitos.

Por tudo isso, a expressão literária da ficção de Erico Verissimo consegue manter-se próxima das melhores tradições da literatura brasileira, que encontra em Machado de Assis o mais reconhecido representante, e, ao mesmo tempo, descortinar novas possibilidades técnicas e estéticas, que são exploradas ao extremo pela geração seguinte.

Referências

ANTUNES, Cláudia Rejane Dornelles. Euclides e Arinos: o trabalho com as fontes. In: GOMES, Gínia Maria (Org.). *Euclides da Cunha, literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 175-185.

ARRIGUCCI JR., Davi. Jornal, realismo, alegoria: o romance brasileiro recente. In: _____. *Achados e perdidos: ensaios de crítica*. São Paulo: Polis, 1979. p. 79-115.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997. v. 1.

BATALHA de 24 de maio. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, n. 117, p. 1, 24 maio. 1888a.

BATALHA de Tuyuty. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 1325, p. 1, 24 maio 1888b.

BORDINI, Maria da Glória. *Criação literária em Erico Verissimo*. Porto Alegre: L&PM, EDIPUCRS, 1995.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2004.

CASTILHOS, Júlio de. Um apelo. *A Federação*, Porto Alegre, p. 1, 6 ago. 1884.

CHAVES, Flávio Loureiro. A história vista pela literatura. In: CHAVES, Flávio Loureiro; BATTISTI, Elisa (Org.). *Cultura regional: língua, história, literatura*. Caxias do Sul: Educus, 2004. p. 9-18.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Ilustrações de Alfredo Aquino. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CUNHA, Euclides. Canudos (Diário de uma expedição). In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. v. 2, p. 491-572.

DONEGÁ, Ana Laura. *Folhinhas e Almanaque Laemmert*: pequenos formatos e altas tiragens nas publicações da Tipografia Universal. In: SEMINÁRIO DE TESES EM ANDAMENTO, 17., 2012, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, 2012. v. 6, p. 16-28.

FRITOLI, Luiz Ernani. *Memorial de Aires*, narrativa em si bemol: um ensaio sobre o tom. *Revista Signótica*, Universidade Federal de Goiás, v. 19, n. 1, p. 73-94, 2007.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1997.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Encontros e desencontros da ficção com a história. *Zero Hora*, Porto Alegre, 30 abr. 2005. Caderno de Cultura, p. 2-3.

RIBEIRO, José Alcides. *Transdisciplinaridade: literatura brasileira e jornalismo – Jornal do Commercio*. Botucatu: Fernando Bilah, 2006.

RIO, João do. *O momento literário*. Organização de Rosa Gens. Rio de Janeiro: Edições do Departamento Nacional do Livro; Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

TINHORÃO, José Ramos. *Os romances em folhetins no Brasil: 1830 à atualidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

VERISSIMO, Erico. *A liberdade de escrever: entrevistas sobre literatura e política*. Apresentação de Luis Fernando Verissimo. Organização de Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1999.

VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento I – O continente*. Porto Alegre: Globo, 1956a. v. 1.

VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento I – O continente*. Porto Alegre: Globo, 1956b. v. 2.

VERISSIMO, Erico. *Solo de clarineta*. 20. ed. São Paulo: Globo, 1995. v. 1.